

-- CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS --

Julgue os itens que se seguem, a respeito de direitos e garantias fundamentais, controle de constitucionalidade e poder legislativo, conforme o disposto na Constituição Federal de 1988 (CF) e o entendimento do Supremo Tribunal Federal (STF).

- 51** Encerrados os trabalhos da comissão parlamentar de inquérito e encaminhado seu relatório ao órgão competente, cabe aos parlamentares e ao Ministério Público postular diretamente a continuidade de diligências perante o Poder Judiciário.
- 52** O exercício do controle preventivo de constitucionalidade, por meio do mandado de segurança por violação material, apenas é admitido quando houver flagrante violação às cláusulas pétreas previstas no art. 60, § 4.º, da CF e desde que haja qualquer margem de dúvida ou espaço para a apreciação legítima do Poder Legislativo sobre o objeto da pretendida deliberação.
- 53** A incidência do art. 5.º, inciso XL, da CF, que impede a lei penal de retroagir, exceto para beneficiar o réu, está condicionada à atuação do legislador ordinário por constituir norma constitucional de eficácia limitada.
- 54** É incabível ação direta de inconstitucionalidade para questionar a validade de atos normativos de natureza secundária e cuja função seja regulamentar dispositivos infraconstitucionais.

Julgue os itens seguintes, de acordo com o entendimento do STF no que se refere à Defensoria Pública, à advocacia pública e ao poder constituinte.

- 55** Ofende a autonomia administrativa da Defensoria Pública a decisão judicial que determina que o funcionamento do órgão ocorra em sistema de plantão ininterrupto de 24 horas.
- 56** É lícito ao poder constituinte decorrente ampliar o rol de autoridades sujeitas a convocação pelo Poder Legislativo estadual.
- 57** A legitimidade ativa da Defensoria Pública para propor ações coletivas está condicionada à comprovação, ao tempo do ajuizamento da demanda, de que pessoas necessitadas serão afetadas pelos resultados advindos do julgamento da causa.
- 58** Ainda que inexista previsão constitucional expressa, os procuradores municipais estão submetidos ao teto de 90,25% do subsídio mensal, em espécie, dos ministros do STF.

No que diz respeito ao sistema administrativo, aos atos administrativos, às parcerias público-privadas e ao tombamento, julgue os itens a seguir.

- 59** Nos casos de tombamento geral, não se faz necessário procedimento para individualização do bem imóvel, de modo que as restrições estabelecidas na lei se aplicam a todos os que tenham imóvel na área tombada.
- 60** No Brasil, é adotado o sistema administrativo inglês, no qual todos os atos administrativos podem ser resolvidos pelo Poder Judiciário, cujas decisões gozam de definitividade.
- 61** A previsão legal que dispensa a apresentação, pelo parceiro privado, de orçamentos detalhados, com os quantitativos e os preços unitários, nas parcerias público-privadas impede que o tribunal de contas determine a apresentação de documentos detalhados relativos à construção de obra pública, com a finalidade de apurar eventual ocorrência de sobrepreço e superfaturamento na contratação.
- 62** A administração pública pode anular seus próprios atos, quando eivados de ilegalidade, independentemente de contraditório, mesmo quando interferirem na esfera jurídica de interesses individuais de seus administrados, haja vista a prevalência do interesse público sobre o privado e o princípio da legalidade.

Em relação ao processo administrativo, ao sistema de registro de preços, aos agentes públicos e à responsabilidade civil do Estado, julgue os itens subsequentes.

- 63** Considere que, durante operação policial em uma comunidade, tenha sido dado um disparo de arma de fogo, que atingiu fatalmente um morador da comunidade, e que a perícia tenha sido inconclusiva quanto à origem do projétil. Nessa situação, configura-se a responsabilidade civil do Estado pela morte do referido morador.
- 64** No âmbito da administração pública federal, as decisões administrativas que exijam a participação de três ou mais setores, órgãos ou entidades poderão ser tomadas mediante decisão coordenada, sempre que for justificável pela relevância da matéria e houver discordância que prejudique a celeridade do processo administrativo decisório.
- 65** A alteração constitucional que revogou a exigência de regime jurídico único para os servidores públicos da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios encontra-se suspensa por decisão do STF que a considerou inconstitucional.
- 66** É vedado o registro de preços com indicação limitada a unidades de contratação, sem indicação do total a ser adquirido, quando for a primeira licitação para o objeto.

A respeito da pessoa natural e jurídica, do negócio jurídico e da prescrição, julgue os itens que se seguem.

- 67** Será considerada ilícita a condição que privar o negócio jurídico de todo o efeito.
- 68** Ajuizada a ação por um dos credores solidários, a prescrição será interrompida para os demais apenas se a obrigação for indivisível.
- 69** Se uma pessoa tiver mais de uma residência, qualquer uma delas será considerada seu domicílio.
- 70** Em qualquer hipótese, os atos dos administradores obrigam a pessoa jurídica.

Julgue os itens seguintes, referentes a obrigações, contratos, responsabilidade civil e direitos reais.

- 71** É vedado ao usufrutuário usufruir de prédio mediante arrendamento sem expressa autorização do proprietário.
- 72** Em se tratando de emancipação voluntária, os pais continuarão responsáveis pelos atos praticados pelo filho menor emancipado.
- 73** Na obrigação a termo, o pagamento antecipado por devedor solvente configura enriquecimento sem causa para o credor.
- 74** A penhora da coisa consignada pelos credores do consignatário exige o pagamento integral do preço.

Considerando as regras da legislação trabalhista, a doutrina e a jurisprudência do TST em matéria do direito do trabalho, julgue os itens que se seguem.

- 75** Segundo a jurisprudência consolidada do TST, a garantia da estabilidade provisória da gestante, mesmo nos contratos por prazo determinado, baseia-se, entre outros fundamentos, na proteção da garantia constitucional da dignidade da pessoa humana não só da empregada gestante, mas também do nascituro.
- 76** Suponha que um indivíduo tenha sido contratado como comissionista por determinada empresa e que, passados seis meses desde a sua contratação, ele tenha percebido que não estava recebendo remuneração pelos dias de repouso semanal e feriados. Nessa situação, a conduta da empresa está correta, pois empregados comissionistas não têm direito à remuneração do repouso semanal e dos dias de feriado.
- 77** Quanto ao direito de férias, o período aquisitivo corresponde aos doze primeiros meses de trabalho do empregado; passados esses doze meses, o empregado adquire o direito às férias, iniciando-se, assim, o período concessivo, equivalente aos próximos doze meses, no decorrer dos quais o empregado deverá gozá-las, caso contrário, o empregador estará dispensado de remunerar em dobro os dias de férias gozados após tal período legal de concessão.
- 78** As normas coletivas constituídas pelas categorias profissional e econômica, isto é, as convenções coletivas e os acordos coletivos de trabalho, respectivamente, não têm prevalência sobre a lei, mesmo que cumpridas as formalidades exigidas na legislação trabalhista, sendo válidas desde que a não contrariem.
- 79** Para que o empregador possa proceder a alterações no contrato de trabalho do empregado, é necessária a obediência a, pelo menos, uma das seguintes condições: o consentimento mútuo, visto que o contrato de trabalho só pode ser alterado bilateralmente; ou a ausência de prejuízos diretos ou indiretos ao empregado.
- 80** Certas mudanças na estrutura jurídica da empresa empregadora podem afetar direitos trabalhistas já incorporados pelos trabalhadores, sem violação à legislação trabalhista.
- 81** O empregador é um dos sujeitos que compõem o instrumento do contrato de trabalho e que assume o risco do negócio, admitindo funcionários, assalariando e dirigindo todo o contexto da relação laboral.
- 82** Tanto a suspensão quanto a interrupção do contrato de trabalho são situações em que o contrato fica temporariamente paralisado, sendo a principal diferença entre esses institutos o fato de que, na suspensão, o empregado não recebe salário, enquanto, na interrupção, ele o percebe normalmente.

Acerca dos recursos no processo do trabalho, julgue os itens subsequentes.

- 83** De acordo com o entendimento do TST, o recurso ordinário interposto contra despacho monocrático que indefere a petição inicial de ação rescisória pode, pelo princípio de fungibilidade recursal, ser recebido como agravo regimental.
- 84** Decisão contrária à fazenda pública e fundada em orientação jurisprudencial do TST não se sujeita ao duplo grau de jurisdição, segundo a jurisprudência desse tribunal superior.
- 85** Não se admite recurso de revista nas causas sujeitas ao procedimento sumaríssimo.
- 86** Na execução trabalhista, é cabível agravo de petição, devendo o agravante delimitar, de forma justificada, as matérias e os valores impugnados.

Acerca do mandado de segurança e da ação rescisória no processo do trabalho, julgue os itens seguintes.

- 87** Conforme o entendimento do TST, é ilegal a exigência de depósito prévio para custeio dos honorários periciais, sendo cabível o mandado de segurança para a realização da perícia, independentemente do depósito.
- 88** A ação rescisória trabalhista se sujeita ao depósito prévio de 5% do valor da causa, salvo prova de miserabilidade jurídica do autor.
- 89** Segundo o TST, a procuração outorgada com poderes específicos para ajuizamento de reclamação trabalhista autoriza a propositura de ação rescisória e a impetração de mandado de segurança.
- 90** Não é cabível a condenação ao pagamento de honorários advocatícios em ação rescisória no processo trabalhista.

De acordo com a Lei n.º 11.419/2006, julgue os itens a seguir, relativos ao processo judicial eletrônico.

- 91** Para a identificação inequívoca do signatário, é imprescindível que sua assinatura eletrônica seja baseada em certificado digital emitido por autoridade certificadora credenciada, na forma de lei específica.
- 92** Para fins de tempestividade e atendimento do prazo processual, a petição eletrônica deverá ser transmitida até o final do horário do expediente forense do último dia do prazo.
- 93** O processo judicial eletrônico aplica-se às ações penais de competência do tribunal do júri.
- 94** Para a prática de atos processuais em geral por meio eletrônico, é obrigatório o credenciamento prévio do interessado no Poder Judiciário, e as intimações dos cadastrados feitas eletronicamente em portal próprio dispensam a publicação no órgão oficial, inclusive eletrônico.

Julgue os itens seguintes, acerca das práticas processuais eletrônicas no Poder Judiciário brasileiro.

- 95** Uma das peculiaridades do processo judicial eletrônico é a ausência de contagem de prazo em dobro para a manifestação de litisconsortes com diferentes procuradores.
- 96** Não é válida a intimação da fazenda pública por meio de publicação na imprensa oficial, caso não haja cadastro da fazenda na administração do tribunal, por ofensa à sua prerrogativa processual de ser intimada pessoalmente.
- 97** O registro de ato processual eletrônico deve ser feito em padrões abertos e atender ao requisito da temporalidade.
- 98** O réu revel, independentemente de estar representado por advogado cadastrado no portal eletrônico, deve ser intimado de ato decisório por meio da publicação em órgão de imprensa oficial, não sendo suficiente a mera publicação em cartório.

Acerca das funções da administração, julgue os próximos itens.

- 99** O controle é a função da administração responsável por certificar que os atos dos membros da organização a conduzem, de fato, aos objetivos estabelecidos e envolve estabelecer padrões de desempenho, medir o desempenho atual, compará-lo com os padrões estabelecidos e, caso sejam detectados desvios, executar ações corretivas.
- 100** A função da administração denominada direção tem o papel de arrumar e distribuir, de forma eficaz, o trabalho, a autoridade e os recursos entre os membros da organização, com a finalidade de assegurar o alcance dos objetivos propostos.

No que tange ao processo de planejamento nas organizações, julgue os itens que se seguem.

- 101** O *balanced scorecard* pode ser considerado um sistema de gestão que traduz a estratégia da empresa em objetivos, medidas, metas e iniciativas de fácil entendimento pelos participantes de uma organização, fornecendo, ainda, uma visão de valor para seus *stakeholders*.
- 102** A razão da existência de uma organização, englobando seu objetivo maior, é expressa em sua declaração de missão, que, além de funcionar como um guia para as ações e decisões corporativas, pode ser muito importante para unificar os esforços de seus membros.
- 103** O planejamento tático de uma organização consiste em um processo de tradução e interpretação das decisões operacionais em planos estratégicos no nível institucional.

Julgue os itens a seguir, referentes a estrutura organizacional e tipos de departamentalização.

- 104** A departamentalização por localização geográfica ou territorial é especialmente indicada quando as circunstâncias externas demandam a necessidade de ajustamento às condições e necessidades locais ou regionais específicas, mas pode ser um tipo de departamentalização mais oneroso, ao requerer duplicação de certos tipos de recursos, como instalações, maquinários ou mesmo postos de trabalho.
- 105** A estrutura organizacional constitui o modo como as atividades e os cargos de uma organização são divididos, organizados e coordenados, indicando as relações formais de subordinação, e pode ser representada visualmente por meio de um fluxograma.

No que se refere à administração de recursos humanos, julgue os itens subsequentes.

- 106** *Business partner* (parceiro de negócio) é uma estratégia que se propõe a aproximar a área de recursos humanos das demais áreas da organização, mediante o compartilhamento dos objetivos estratégicos da instituição e ações de forma colaborativa, porém sua aplicação não é possível no setor público, porque as atribuições dos cargos públicos são definidas previamente em lei.
- 107** O líder de recursos humanos deve, cada vez mais, atuar verticalmente no recrutamento, na seleção, no fechamento das folhas de pagamento, na capacitação e em suas demais especialidades de gestão de pessoas, a fim de enfrentar os desafios da área.
- 108** Em contextos de complexidade e de incerteza, as metodologias ágeis podem ser utilizadas pelas áreas de recursos humanos como forma de atingir resultados mais focados no usuário, com pequenas entregas, de modo que o produto ou serviço vá-se ajustando durante o processo de desenvolvimento.

Certa organização está estruturada em modelo tradicional, com áreas independentes, que têm dificuldade na comunicação entre si e com seus usuários. A estratégia corporativa não é repassada aos funcionários, restringindo-se aos poucos executivos das diretorias, que acreditam na implantação da estratégia no modelo *top-down*. A área de recursos humanos é constantemente demandada passivamente pelas outras áreas, que reclamam de morosidade no atendimento aos pedidos de seleção, do envio de funcionários com perfil inadequado, de capacitações ineficientes, segundo os gestores, e da falta de avaliações de reação e transferência (comportamento) das ações educacionais. São constantes os conflitos pessoais entre funcionários e entre seus valores e os valores da instituição.

Considerando a situação hipotética apresentada, julgue os itens seguintes.

- 109** Quaisquer conflitos nas organizações devem ser combatidos, pois representam um empecilho à implantação da estratégia.
- 110** No caso em apreço, para enfrentar os conflitos, seria adequada a realização de uma capacitação a distância, de caráter expositivo, sobre conflitos, bem como a aplicação de avaliação de reação, no terceiro nível de Kirkpatrick, a fim de demonstrar os resultados obtidos com o programa de capacitação, após o retorno dos funcionários ao trabalho.
- 111** Na implementação de uma estratégia corporativa efetiva para essa organização, é imprescindível que se entenda a cultura atual e se prospecte a desejada, definindo-se os comportamentos fundamentais para o alcance dos objetivos estratégicos e a forma como a organização pode reforçá-los.
- 112** A gestão estratégica de pessoas baseada em competências pode ser utilizada pela organização para o mapeamento do perfil mais adequado para determinadas atribuições predefinidas e advindas do plano estratégico; ao identificar previamente as necessidades de conhecimentos, habilidades, atitudes e entregas, a área de recursos humanos poderá se tornar mais proativa e estratégica diante das demandas de seleção e capacitação.

João é servidor público efetivo da ANM e desempenha a função de fiscalização da exploração e do aproveitamento de recursos minerais. No exercício dessa função, João solicitou à empresa mineradora X o pagamento de propina, em dinheiro, para não fiscalizar as atividades minerárias da referida empresa, a qual, por sua vez, não cedeu ao assédio de João e recusou-se a efetuar o pagamento da propina solicitada. Mesmo sabendo da regularidade das atividades da empresa mineradora X, e sem que houvesse justa causa fundamentada, João decidiu, em retaliação, instaurar processo administrativo fiscalizatório, com escopo amplo e irrestrito, contra a empresa. Em razão desses fatos, a empresa formalizou denúncia à unidade setorial de correição da ANM, expondo o ocorrido. A denúncia foi devidamente acompanhada dos indícios de autoria e materialidade dos fatos.

Considerando essa situação hipotética, julgue os itens a seguir, à luz das Leis n.º 8.429/1992, n.º 12.813/2013 e n.º 13.869/2019 e da Portaria Normativa CGU n.º 27/2022.

- 113** As condutas de João não configuram ato de improbidade administrativa nem conflito de interesse.
- 114** Ao ter instaurado processo administrativo fiscalizatório sem justa causa fundamentada, João praticou crime de abuso de autoridade, sendo admitida, na inércia do Ministério Público, a propositura de ação penal privada subsidiária da pública pela empresa mineradora X.
- 115** A denúncia formulada pela empresa mineradora X será remetida ao Órgão Central do Sistema de Correição do Poder Executivo Federal (SISCOR), para a apreciação da sua admissibilidade, e, havendo juízo positivo, ela retornará à unidade setorial da ANM para o devido processamento.

- 116** Admitida a denúncia apresentada pela empresa mineradora X, será instaurado procedimento investigativo prévio, o qual, a depender do seu resultado, poderá ser convertido em processo correccional em desfavor de João.
- 117** Caso a empresa mineradora X quisesse evitar novas retaliações de João, ela poderia legitimamente valer-se da denúncia anônima, que se submete aos mesmos requisitos e procedimentos da denúncia com autor identificado.
-

Acerca da responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, julgue os itens subsequentes, com base na Lei n.º 12.846/2013, na Portaria Normativa CGU n.º 27/2022 e no Decreto n.º 11.129/2022.

- 118** No curso do processo administrativo de responsabilização (PAR), o acordo de leniência pode decorrer de proposta inicial apresentada pela autoridade do órgão competente ou da manifestação da pessoa jurídica sobre seu interesse em cooperar para a apuração do ato ilícito.
- 119** No âmbito do processo administrativo de responsabilização (PAR), dependem de autorização judicial a medida de busca e apreensão necessária para a investigação e o processamento das infrações, bem como a utilização de prova emprestada, quando oriunda de processo judicial.
- 120** No processo administrativo de responsabilização (PAR), é possível a apuração conjunta de ato lesivo previsto na Lei n.º 12.846/2013 e de infração administrativa praticada em licitações, desde que ela também seja tipificada como ato lesivo na referida lei e a autoridade competente para o julgamento das duas infrações seja a mesma.
-

Espaço livre